

A IDEOLOGIA DO APRENDER A APRENDER E O ALIGEIRAMENTO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Christiane Caetano Martins FERNANDES¹
Jorge Luis D'ÁVILA²

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir a ideologia presente na expressão *aprender a aprender* na formação de professores da Educação Básica, em nível superior. Tal expressão se propagou no meio educacional, sendo enfatizada na década de 1990 e prevalecendo na primeira década do século XXI. Para esta análise, trabalhou-se com pesquisa bibliográfica e documental. Recorremos ao aporte teórico de Saviani (2007, 2010, 2011), Duarte (2001, 2008, 2010), entre outros autores que descortinam o significado do *aprender a aprender*, possibilitando assim, compreender o motivo pelo qual a formação de professores se apresenta de forma cada vez mais aligeirada. Concluímos que a ideologia presente no *aprender a aprender*, traz consequências tanto para o professor como profissional, para a sua prática cotidiana em sala de aula, quanto para a

¹ Mestre e doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Campo Grande (UFMS). Professora efetiva da Educação Básica, na área de Educação Física, na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande/MS. E-mail: christianecmferrandes@gmail.com

² Professor Doutor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: davilajorgeluis35@gmail.com

aprendizagem do aluno durante seu processo de escolarização.

Palavras-chave: Formação de professores. Aprender a aprender. Mercado de trabalho

IDEOLOGY OF LEARN TO LEARN AND LIGHTENING IN TEACHER TRAINING OF BASIC EDUCATION

Abstract: This article aims to discuss this ideology in expression learn to learn in teacher training of basic education at the college level. This expression has spread in the educational environment, being emphasized in the 1990s and prevailed in the first decade of this century. For this analysis, it worked with bibliographical and documentary research. We used the theoretical framework of Saviani (2007, 2010, 2011), Duarte (2001, 2008, 2010), among other authors unveil the meaning of learn to learn, making it possible to understand why the formation of teachers presents increasingly lightened form. We conclude that this ideology in learn to learn, has consequences both for the teacher as a professional for their daily practice in the classroom, and for student learning during their schooling process.

Keywords: Teacher training. Learn to learn. Job market.

1 Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar a ideologia presente na expressão *aprender a aprender* na formação de professores da Educação Básica, em nível superior, cursos de licenciatura, de graduação plena no Brasil. Tal expressão se propagou no meio educacional, sendo enfatizada na década de 1990 e prevalecendo na primeira década do século XXI.

Mediante ao exposto, é imprescindível discutir o significado do *aprender a aprender*, com a intenção de propiciar a sua compreensão a partir de uma análise que entende a educação como um fenômeno social.

Para esta análise, trabalhou-se com pesquisa bibliográfica e documental. Recorremos ao aporte teórico de Saviani (2007, 2010, 2011), Duarte (2001, 2008, 2010), entre outros autores, que descortinam a ideologia do *aprender a aprender*, possibilitando assim, compreender o motivo pelo qual a formação de professores se apresenta de forma cada vez mais aligeirada. Entendemos a necessidade de um posicionamento crítico mostrando que

esta formação tal qual se apresenta neste momento histórico, vai ao encontro das exigências do mercado de trabalho.

O ideário pedagógico do *aprender a aprender*, reeditado pelas orientações internacionais, como o Relatório Delors (1998), possui grande atrativo na contemporaneidade. Pode-se encontrá-lo em documentos nacionais, que norteiam a educação no Brasil, como é o caso dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997). Para Saviani (2007, p. 25, grifo do autor): “As justificativas em que se apóia a defesa do ‘aprender a aprender’, nos PCN, são as mesmas que constam do Relatório Delors: o alargamento do horizonte da educação que coloca para a escola exigências mais amplas”.

O Relatório em questão, intitulado *Educação: Um tesouro a descobrir* para a UNESCO da Comissão Internacional para o século XXI é referência na reforma da educação no Brasil nos anos 1990, e discorre sobre quatro pilares fundamentais para a aprendizagem: aprender a conhecer ou *aprender a aprender*, aprender a fazer, a aprender a viver junto, e por último aprender a ser (DELORS, 1998),

propondo um novo tipo de educação que conduza o aluno ao desenvolvimento da sua autonomia para, assim, adaptar-se às aceleradas transformações sociais e continuar aprendendo ao longo da vida, para a sua adequação ao mercado de trabalho.

Os quatro pilares do Relatório Delors (1998) direcionam a educação escolar, mais do que para a aprendizagem dos conteúdos disciplinares, para a aprendizagem de atitudes e comportamentos, que gerem competências desejáveis e indispensáveis para um trabalhador eficaz, flexível, que consiga desempenhar diversas funções. O relatório argumenta em prol de romper com práticas do ensino tradicional, *ultrapassado*, pois não correspondiam com as exigências da sociedade da época.

A década de 1990 se constitui como um marco das mudanças na sociedade brasileira, visto que ocorreram modificações que influenciaram no desenvolvimento das políticas sociais, as quais inauguraram um novo caráter no que se refere à formação exigida para os sujeitos, com

o intento de ajustá-los às exigências decorrentes da reorganização do processo produtivo. Com isso a ideia passa a ser tornar os sujeitos mais produtivos, tanto para sua inserção no mercado de trabalho, como na participação na sociedade.

Nesta linha de raciocínio, a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, no Brasil, na década de 1990 vem atrelada ao discurso neoliberal, que exige do próprio sujeito a responsabilidade pela busca permanente de conhecimentos para a sua constante qualificação. Esta busca vai ao encontro das transformações do mercado de trabalho, que vê a urgência de um *novo* tipo de docente que, para se adaptar a atual sociedade, ao invés de adquirir muitos conhecimentos, é essencial que saiba mobilizá-los em prol da resolução de situações cotidianas. O *novo* professor deverá *aprender a aprender*.

A partir desta introdução, este artigo encontra-se estruturado em duas partes sendo a primeira relacionada à discussão e à análise do tema proposto, e, a última traz uma síntese do estudo, destacando os principais pontos

abordados.

2 O *aprender a aprender* na Formação de professores da educação básica

Para compreender a ideologia presente no aprender a aprender é indispensável discorrer acerca das novas exigências para o trabalhador, requisitadas pela nova fase de produção do capital.

Diante disso, o professor, como trabalhador, é solicitado a rever suas funções, inclusive o seu papel como transmissor de conhecimentos, visto que tal papel não vai ao encontro com as transformações da atual sociedade.

Importa dizer que ao colocar em questionamento o docente como o transmissor de conhecimentos traz como consequência uma prática pedagógica esvaziada, imediatista, bem como pragmática. O que significa que ele, mediante sua formação, deverá mais do que adquirir conhecimentos, saber mobilizá-los para solucionar problemas que emergem de sua prática cotidiana.

Lembramos que a expressão *aprender a aprender*, desde o século XX a partir das concepções da Escola Nova,

sempre esteve presente no cenário educacional. De acordo com Duarte (2008, p. 6, grifo do autor) “Esse aprender a aprender é, portanto, também um aprender fazendo, isto é, *learning by doing*, na clássica formulação da pedagogia de John Dewey.”

Aprender a aprender é evidenciado no cenário educacional, porém, não se discute o que efetivamente significa. Em geral, não se esclarece que o interesse em fazer do sujeito um cidadão autônomo, criativo, eficiente, reflexivo, responsável, capaz de buscar seus próprios conhecimentos, isto é, com condições de *aprender a aprender* é, na verdade, uma forma de ajustar o indivíduo à lógica imposta pelo capital, formando-o e qualificando-o para o mercado de trabalho, e não para formar um indivíduo capaz de compreender as contradições que existem na sociedade. Podemos dizer, então, que:

[...] quando educadores [...] apresentam o “aprender a aprender” como síntese de uma educação destinada a formar indivíduos criativos, é importante atentar para um detalhe fundamental: essa criatividade não deve ser confundida com busca de transformações radicais na realidade social, busca de superação radical da sociedade capitalista, mas sim criatividade em termos de capacidade de encontrar novas formas de ação que

permitam melhor adaptação aos ditames da sociedade capitalista (DUARTE, 2001, p. 68, grifo do autor).

A inserção do *aprender a aprender* nas discussões educacionais do presente século vai ao encontro da necessidade de preparar mão de obra que consiga satisfazer o mercado, em constante mudança, garantindo seu crescimento. O essencial não é o conhecimento historicamente acumulado, mas desenvolver nos futuros professores suas capacidades operativas e/ou cognitivas. Com o advento das novas tecnologias, torna-se indispensável aos indivíduos uma busca incessante por aperfeiçoamento, de maneira a garantir a empregabilidade³. Nesse sentido o entendimento é que não se precisa

[...] acumular muitos conhecimentos, porque estes podem ser buscados a qualquer momento, graças aos novos recursos tecnológicos. É requerido, no entanto, que saiba como buscá-los corretamente como informação que, para ser acessada, necessitaria ser permanentemente produzida (MIRANDA, 1997, p. 41).

³ “A empregabilidade é um conceito mais rico do que a simples busca ou mesmo a certeza de emprego. Ela é o conjunto de competências que você comprovadamente possui ou pode desenvolver – dentro ou fora da empresa” (MORAES, 1998, p. 53).

Vale citar que a década de 1990⁴ foi marcada pelo sancionamento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)⁵, n. 9.394 de 1996, no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), período que foi possível observar a orientação para a formação docente para atuar na educação básica, seguindo as seguintes diretrizes

[...] far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (BRASIL, 1996, p. 32).

A LDB veio, a partir da necessidade em adaptar o ensino frente à nova realidade do país em relação ao seu processo de produção, caracterizando a inovação do capital.

⁴ Vale lembrar que “Os anos de 1990 registram a presença dos organismos internacionais que entram em cena em termos organizacionais e pedagógicos, marcados por grandes eventos, assessorias técnicas e farta produção documental”. (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 97). Esses organismos destacam-se na elaboração de políticas de reformas educacionais para os países da América Latina, entre outros.

⁵ Kuenzer (2011, p. 1) ratifica que no “[...] contexto das políticas educacionais formuladas a partir da nova LDB, o conceito de competências, embora não seja novo, assume papel central [...] para a formação de professores.”.

A formação para o mercado se constituía como discurso hegemônico em âmbito educacional, e para atendê-lo, as políticas educacionais vêm na formação docente, um terreno profícuo para corresponder às exigências da sociedade, trazendo “[...] como conceitos fundamentais a serem disseminados e colocados em prática, as noções de competência, habilidades, empregabilidade, competitividade, entre outras.” (CASTRO, 2008, p. 80).

A ideologia capitalista presente na formação de professores tem como intenção preparar os docentes de acordo com os interesses do capital. E nesse viés, tal formação acaba por secundarizar os conhecimentos teóricos, isto é, os conhecimentos acumulados na história da humanidade. Face ao citado, Lima e Facci (2011) defendem que:

[...] Ao proporcionar uma formação esvaziada de conhecimentos desde a formação inicial, garante-se que o professor seja destituído dos conhecimentos sobre o processo e os conteúdos de seu trabalho: os conhecimentos pedagógicos e os conhecimentos específicos de cada área (LIMA; FACCI, 2011, p. 12).

Para significar *o aprender a aprender* na formação de professores da

Educação Básica é necessário lembrar que as transformações no mundo do trabalho acarretadas pela reestruturação do sistema capitalista, em decorrência do toyotismo⁶, trouxe novas funções para a educação, para a escola, bem como diferentes orientações para seu trabalho pedagógico.

Conforme Saviani (2011, p. 440, grifo do autor) “[...] com a projeção do toyotismo para a condição de método universal de incremento do capitalismo em nível mundial, surgem tentativas de transpor o conceito de ‘qualidade total’ do âmbito das empresas para as escolas.”

Desse modo, desponta a necessidade de formar um *novo* modelo de trabalhador polivalente, que soubesse desempenhar diferentes funções dentro

⁶ O toyotismo é um modelo de produção capitalista com origem no Japão, que segundo Antunes (2000, p. 42, grifo do autor) “[...] possibilita ao capital apropriar-se do *saber* e do *fazer* do trabalho.”. Conforme Saviani (2010) o toyotismo surgiu com a crise da sociedade capitalista na década de 1970. Para o autor, na mesma obra, o novo modelo “[...] apoia-se em tecnologia leve, de base microeletrônica flexível, e opera com trabalhadores polivalentes visando à produção de objetos diversificados, [...], [...] requer trabalhadores que, em lugar da estabilidade no emprego, disputem diariamente cada posição conquistada, vestindo a camisa da empresa e elevando constantemente sua produtividade.” (SAVIANI, 2010, p. 429).

da empresa, individualmente e/ou em equipe, ser flexível, criativo, eficiente, capaz de trabalhar em diferentes máquinas, que pudesse, diferentemente do modelo fordista, participar não somente da execução do trabalho, mas também da sua organização.

Face ao exposto, o indivíduo neste contexto, deixa de ser apenas um operador da maquinaria e passa a ser importante também para entender e atuar em todo o processo produtivo. Contudo, é preciso esclarecer, que mesmo desempenhando diferentes funções, isto é, sendo polivalente e com inúmeras responsabilidades, o trabalhador não recebe uma remuneração correspondente com o labor desenvolvido.

Por tratarmos da formação de professores da educação básica, recorreremos as suas Diretrizes Curriculares Nacionais, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena instituída no Parecer CNE/CP n. 9/2001 (BRASIL, 2011).

Vale pontuar que de acordo com o Parecer em questão, estas diretrizes elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) enfatizam as

competências que devem ser adquiridas pelos docentes durante sua formação, com o “[...] argumento da exigência de mudanças profundas no processo de formação de professores que atenda às novas necessidades do mundo contemporâneo” (SANTOS, 2013, p. 34).

Segundo o referido documento, é necessário que se adquira: competências referentes ao comprometimento com os valores inspiradores da sociedade democrática; competências referentes à compreensão do papel social da escola; competências referentes ao domínio dos conteúdos a serem socializados, de seus significados em diferentes contextos e de sua articulação interdisciplinar; competências referentes ao domínio do conhecimento pedagógico; competências referentes ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica; competências referentes ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional (BRASIL, 2001, p. 32-35). O documento apresenta ainda que as

[...] transformações científicas e tecnológicas que ocorrem de forma acelerada exigindo das pessoas novas aprendizagens, não somente no período de formação inicial, mas ao longo da vida [...]. Neste contexto, reforça-se a concepção de escola voltada para a construção de uma cidadania consciente e ativa que ofereça aos alunos as bases culturais que lhes permitam identificar e posicionar-se frente às transformações em curso e incorporar-se na vida produtiva e sócio-política (BRASIL, 2001, p. 9).

Nessa linha de pensamento, destaca-se que a formação docente se constitui indispensável neste momento histórico, para desenvolver as competências necessárias para que o professor continue na busca por sua qualificação, (BRASIL, 2001), pois será por meio desta que se espera sua adaptação às aceleradas transformações sociais. E, assim,

[...] a formação de professores como preparação profissional passa a ter um papel crucial no atual contexto, agora para possibilitar que possam experimentar, em seu próprio processo de aprendizagem, o desenvolvimento de competências necessárias para atuar nesse novo cenário, reconhecendo-a como parte de uma trajetória de formação permanente ao longo da vida (BRASIL, 2001, p. 11).

O futuro professor deverá se tornar um profissional autônomo, eficiente, reflexivo, responsável, capaz

de buscar seus próprios conhecimentos, ser criativo, isto é, com condições de *aprender a aprender*, o que vai ao encontro das orientações dos organismos internacionais⁷, que passam a estabelecer as metas que os países devem atingir na educação.

Dito de outro modo, o verdadeiro discurso do *aprender a aprender* é para ajustar o indivíduo à lógica imposta pelo capital, formando-o e qualificando-o para o mercado de trabalho e não para formá-lo para compreender as contradições existentes na sociedade na busca por uma transformação. Sendo assim, *aprender a aprender* é uma ideologia produzida pelo capitalismo, e Duarte (2001, 2008) aponta os posicionamentos nele contidos.

O primeiro posicionamento valorativo apontado por Duarte (2008) se refere ao fato de que aquilo que o indivíduo aprende sozinho possui valor educativo maior do que a aprendizagem ocasionada por intermédio de outras pessoas. Isto, em relação ao processo educativo, podemos dizer que a

⁷ Unesco, Unicef, Banco Mundial, FMI, entre outros.

aprendizagem que o aluno desenvolve por conta própria é mais importante do que o aprendizado decorrente do ensino, da transmissão pelo professor. Atribuindo, assim, um valor negativo à transmissão de conhecimentos pelo docente, ao seu papel de mediador, enfim, ao ato de ensinar, pois, segundo o autor, na mesma obra, tal transmissão impossibilitaria o educando de aprender sozinho e se tornar autônomo. “Nessa perspectiva, aprender como resultado de um processo de transmissão por outra pessoa seria algo que não produziria a autonomia e, ao contrário, muitas vezes até seria um obstáculo para alcançá-la.” (DUARTE, 2008, p. 8). Contudo, Duarte (2001), pontua que não discorda

[...] que a educação escolar deva desenvolver no indivíduo a capacidade e a iniciativa de buscar por si mesmo novos conhecimentos, a autonomia intelectual, a liberdade de pensamento e de expressão. Nosso ponto de discordância reside na valoração, contida no “aprender a aprender”, das aprendizagens que o indivíduo realiza sozinho como mais desejáveis do que aquelas que ele realiza por meio da transmissão de conhecimentos por outras pessoas. Não concordamos que o professor, ao ensinar, ao transmitir conhecimento, esteja cerceando o desenvolvimento da autonomia e da criatividade dos alunos (DUARTE, 2001, p. 57-58, grifo do autor).

Em síntese, *aprender a aprender* na contemporaneidade caracteriza como importante a formação de um indivíduo que tenha as capacidades necessárias para enfrentar as mudanças que emergem da atual sociedade, denominada da Informação ou do Conhecimento.

O segundo posicionamento valorativo do lema *aprender a aprender* apresentado por Duarte (2008) destaca que é mais relevante a maneira como se constrói o conhecimento, bem como desenvolver um método, do que adquirir o conhecimento acumulado historicamente. Dito de outra forma, segundo o mesmo autor (2008) o processo de aprendizagem é mais relevante do que o seu produto.

Para Duarte, na mesma obra, este posicionamento está associado ao primeiro, mas neste, a desvalorização não é do ato de transmitir conhecimento, mas do conhecimento já construído pela humanidade. O autor (2008) explicita que esta ideia vai ao encontro de que ensinar muitos conteúdos não é necessário para um mundo que passa por rápidas transformações.

O terceiro posicionamento valorativo aborda que para o trabalho do aluno se tornar educativo, isto é chegar aprendizagens é preciso partir de seus interesses e necessidades, desvalorizando assim, o papel do docente no encaminhamento do trabalho educativo, visto que seu papel de transmissor de conhecimentos é questionado. O que importa é um tipo de formação que atenda as necessidades e interesses individuais.

Com este pensamento, nem todos os conhecimentos acumulados na história da humanidade são propiciados aos alunos, visto que tais conhecimentos se reduzem aos interesses e necessidades do educando, tornando-se relevante, os que possuem aplicabilidade em seu cotidiano. E, isto, conforme Duarte (2010, p. 37) implica na “[...] reprodução das desigualdades sociais e dos preconceitos que naturalizam tais desigualdades.”

Por fim, o último posicionamento valorativo apresentado por Duarte (2008) está associado à urgência em preparar educandos capazes para acompanhar as frequentes transformações da atual sociedade, ao

assinalar que esta se modifica rapidamente e diante disso, os alunos precisam se adaptar. Sendo assim:

[...] a nova educação deve pautar-se no fato de que vivemos em uma sociedade dinâmica, na qual as transformações em ritmo acelerado tornam os conhecimentos cada vez mais provisórios, pois um conhecimento que hoje é tido como verdadeiro pode ser superado em poucos anos ou mesmo em alguns meses. O indivíduo que não aprender a se atualizar estará condenado ao eterno anacronismo, à eterna defasagem de seus conhecimentos (DUARTE, 2008, p. 10).

Há nessa perspectiva uma preocupação exacerbada com as mudanças que estão acontecendo na sociedade, que passam a exigir que os indivíduos sejam cada vez mais autônomos, capazes de solucionar problemas nas diferentes esferas da vida. Com isso, a educação se torna um dos caminhos para alcançar estas transformações.

Entendemos assim, que a educação tem como meta atender o modo de produção capitalista, adequando os indivíduos às suas constantes mudanças, discurso hegemônico que como anteriormente explicitado encontra-se no lema *aprender a aprender*. Entretanto é preciso reforçar que este novo tipo de

formação não tem como meta questionar as mudanças econômicas e sociais, mas apenas, adaptar-se a elas.

Nesse contexto, os cursos de formação de professores assumem a responsabilidade pelo desenvolvimento de competências necessárias para inserção do futuro docente ao mundo globalizado, que necessita de sujeitos que aprendam rapidamente, que saibam se comunicar, inovar, se relacionar, trabalhar em equipe, ser criativo, empreendedor, ter iniciativa, ser dinâmico, enfim, que saibam aprender a aprender, para que possam atender as demandas do mundo do trabalho. Em outras palavras, “[...] são requeridos dos educadores novos objetivos, novas habilidades cognitivas, mais capacidade de pensamento abstrato e flexibilidade de raciocínio, capacidade de percepção de mudanças.” (LIBÂNEO, 2001, p.144)

Nesse sentido, a formação de professores não se centra numa sólida formação teórica, fato que causa sérias consequências em relação ao tipo de ensino que será oferecido nas escolas. A formação docente torna-se fragilizada, aligeirada, diante da secundarização dos

conteúdos historicamente acumulados pela humanidade, implicando assim, na incompreensão da totalidade das relações sociais. Aspecto que pode ser facilmente observado no texto do parecer CNE/CP n. 9, 2001 quando pontua que “[...] a concepção de competência é nuclear na orientação do curso de formação de professores” (BRASIL, 2001, p. 29).

Diante dessas considerações, não há como o professor, ao receber este tipo de formação, oportunizar ao educando a compreensão da realidade, além de sua aparência, isto é, na sua essência, considerando-a como uma síntese de inúmeras determinações.

De acordo com esta exposição, vale dizer que se considera indispensável além de descortinar o verdadeiro significado do aprender a aprender na formação docente, ser contrários ao discurso por ele propagado, pois, é preciso “[...] reafirmar a valorização do trabalho do professor no processo de ensino-aprendizagem, em face do esvaziamento por ele sofrido no contexto liberal globalizado” (FACCI, 2004, p. 2)

Isso significa, que devem ser

realizadas cada vez mais pesquisas sobre o assunto, visto que a formação de professores atrelada ao aprender a aprender descaracteriza o papel do professor, tendo em vista que segundo tal expressão, e frente as mudanças do mundo moderno, o importante é que ele transmita conhecimentos que tenha utilidade, que desenvolva competências e habilidades, para atender a lógica capitalista, o que implica em uma visão negativa acerca da sua profissão, bem como da escola como lócus para socialização de conhecimentos.

3 À guisa de conclusão

Com a análise empreendida neste texto, constatamos que a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, atrelada ao discurso do *aprender a aprender*, acarreta em um esvaziamento na sua formação, que ao invés de se apropriar dos conhecimentos científicos, precisa desenvolver inúmeras competências para se adequar as novas exigências da sua profissão, em outras palavras, as novas exigências do mercado de trabalho.

A formação do professor da educação básica nos moldes do capital

além de secundarizar os conhecimentos científicos, e conseqüentemente a sua apropriação pelo futuro docente, descaracteriza seu papel, tendo em vista que este não precisa mais transmitir conhecimentos por não mais atender as mudanças pelas quais passa a sociedade.

Assim, uma formação profissional frágil impedirá os educandos de terem acesso aos conhecimentos acumulados na história, pois, o que se propaga é que o necessário na atual sociedade são apenas conhecimentos úteis que permitam resolver de maneira imediata qualquer problema seja de ordem pessoal e/ou profissional. Isso acarreta na impossibilidade dos alunos, vistos também como futuros trabalhadores, de compreenderem os fatos do cotidiano além da sua aparência, isto é, em sua essência e conseqüentemente, a manutenção do sistema capitalista.

Mediante o exposto, é urgente refletir sobre a formação do professor tal qual se apresenta, uma vez que se limita ao *saber/fazer*, desassociada dos fundamentos teóricos inerentes a seu trabalho. Tal reflexão é necessária, pois, pode ser o primeiro passo para a

inserção dos educadores em uma luta contra hegemônica.

Referências

ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho?* Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 2000.

BRASIL. *Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais*: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC, 1997.

BRASIL. *Parecer CNE/CP n. 9/2001*. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Documento aprovado em 08/05/2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/f/009.pdf>. Acesso em 10 de set de 2015

CASTRO, A. M. D. A. Mudanças no mundo do trabalho: impactos na política de formação de professores. *Trabalho & Educação*, vol. 17, nº 1-Jan./abr.-2008. Disponível em: <http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/view/300>. Acesso em: 10 de set. de 2015.

DUARTE, N. *Vigostki e o “aprender a aprender”*: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria

vigotskiana. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

_____. *Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?* quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação Polêmicas do nosso tempo. Campinas: Autores Associados, 2008.

_____. O debate contemporâneo das teorias pedagógicas. In: MARTINS, Lígia Márcia; DUARTE, Newton (org.). *Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

FACCI, M. G. D. *Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor?*: um estudo crítico-comparativo da teoria do professor reflexivo, do construtivismo e da psicologia vigotskiana. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril de 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a05v24n82.pdf>>. Acesso em 18 de jul. de 2015.

KUENZER, A. *Conhecimento e competências no trabalho e na escola*. 2011. Disponível em: http://redeescoladegoverno.fdrh.rs.gov.br/upload/1367257356_2011-11-31%20AcaciaZeneidaKuenzer_Conhecimento_%20e_Competencia_no_Trabalho_e_na_Escola.pdf. Acesso em 12 de set. de 2015.

LIBÂNEO, J. C. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* 4.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, E. da C.; FACCI, M. Gonçalves Dias. Trabalho, educação e capitalismo: a formação da personalidade do professor. *V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo*, *Educação e Emancipação Humana*. Florianópolis, SC, 2011.

MIRANDA, M. G. de. Novo Paradigma de Conhecimento e Políticas Educacionais na América Latina. In. *Cadernos de Pesquisa: Globalização e Políticas Educacionais na América Latina*. n° 100, 1997. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/2.pdf>. Acesso em: 10 de set. de 2015.

MORAES, C. *Emprego ou empregabilidade*. Ícaro do Brasil, n. 171, p. 53-57, 1998.

SANTOS, C. F. dos. *O “aprender a aprender” na formação dos professores do campo*. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, D. O pensamento pedagógico brasileiro: da Aspiração à ciência à ciência sob suspeição. *Educ. e Filos.*, Uberlândia, v. 21, n. 42, p. 13-35, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducaacaoFilosofia/article/view/463>. Acesso em 10 de set. de 2015.

_____. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

_____. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

UNESCO, *Educação um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*. Brasília, 1998. Disponível em: <http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/database/000046001-000047000/000046258.pdf>. >Acesso em: 12 de set. de 2015.

Recebido em: 03 de agosto de 2016
Revisado em: 31 de outubro de 2016
Aceite final em: 02 de novembro de 2016